

ALÉN, José Gómez. *Historiografía, marxismo y compromiso político en España. Del franquismo a la actualidad*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2018.

Não são tempos apenas difíceis, mas perigosos para o Marxismo este o que estamos vivendo. Para um brasileiro e brasileira até pode parecer uma observação frugal, diante de tantos episódios e situações de franco retrocesso que o país vivencia neste ano de 2019. Retrocessos de quase toda ordem: econômico, social, político, ambiental, democrático, educacional etc.

E como não poderia deixar de ser se tratando de uma conjuntura política tão reacionária, como esta que hoje se respira no Brasil, o retrocesso se faz sentir com intensidade inclusive nas esferas culturais e ideológicas. E não tinha como ser diferente diante de um grupo político, como o que detém o poder político atualmente, que há anos vem promovendo uma verdadeira Cruzada contra o Marxismo e contra aquilo que denominam como “Guerra Cultural” como a grande chaga a ser extirpada da alma nacional (por incrível que pareça são esses os termos por eles utilizados).

E diante disso as perseguições e ataques aos estabelecimentos de ensino, escolas e universidades são evidentes. Tudo sob a capa de uma luta contra o Marxismo, que segundo eles estaria ajudando a destruir instituições como “família”. E isso porque, segundo muitos - em especial os liberais - o Marxismo estaria morto, e isso pelo menos desde a Queda do Muro de Berlim, isso há quase 30 anos atrás.

Diante de um cenário tão virulentamente anti-marxista como esse (e não apenas anti-comunista), textos que tratem do referencial teórico inaugurado por Karl Marx e Friedrich Engels se tornam necessários. A leitura teórica de uma publicação teórica desse tipo já se constitui por si só um ato político nesse Brasil pós-eleição presidencial de 2018.

Mas esse ambiente acima de tudo anti-intelectual (acrescente-se as correntes anti-ciência, anti-aquecimento global, anti-vacina, terraplanistas...) não é algo exclusivo do Brasil. Malgrado as diferenças de ritmo, amplitude e caráter a chamada “onda conservadora” tem tido uma atuação bem abrangente em boa parte do hemisfério Ocidental, vide as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, os sucessivos governos de Direita que tem obtido triunfos importantes na América Latina. A situação na Europa não é tão diferente assim. Pelo contrário. A cada eleição que passa os

partidos e movimentos de extrema-direita, marcadamente xenófobos e tradicionalistas tem avançado na conquista de cadeiras no legislativo, quando não maioria, como na Polônia e Hungria. Até mesmo em países de grande tradição democrática como Suécia e Holanda o neofascismo vivencia popularidade crescente. O discurso de ódio contra imigrantes e minorias étnicas ou raciais tem monopolizado em vários países a pauta política e até mesmo econômica. A crise dos mercados e do próprio capitalismo ou até mesmo o perigo de uma nova corrida armamentista nuclear parecem não ter a menor importância diante de deixar entrar ou não grupos de pessoas famintas que buscam refúgio e trabalho no Velho Continente.

Há sim um espectro que ronda a Europa, mas esse em questão tem como alvo a ser destruído exatamente o outro espectro que Marx e Engels faziam alusão no Manifesto Comunista de 1848.

E é exatamente de lá do Velho Continente, mais precisamente da Espanha, que surge um notável esforço de pensar uma série de problemas e fenômenos sempre tendo em vista os marcos da teoria marxista. Para ser mais exato estamos diante de um livro que procura pensar – sempre a partir de uma perspectiva histórica - as teorias sociais, e as diferentes problemáticas historiográficas a partir do marxismo, de um lado, e que, de outro se esforça também em pensar o próprio marxismo. Ele nos chama atenção, em seu conjunto, que fora o contexto social mais abrangente, dos grandes movimentos da sociedade e do mundo político, há que se ter em conta o que poderíamos chamar de política acadêmica, no interior da qual o marxismo nunca teve vida fácil, sofrendo sanções e pressões de maneira permanente. Nesse sentido a análise do marxismo não pode prescindir de uma investigação detida e criteriosa sobre a sua inserção nos meios universitários.

Mas o trabalho em questão nos mostra muito mais. O livro *Historiografía, marxismo y compromiso político en España - Del franquismo a la actualidad*, uma coletânea de 11 artigos organizada por José Gómez Alén é um trabalho coletivo de folego, marcado pelo rigor conceitual, amplitude temática (embora restrito a problemática dos estudos marxistas) e contundência crítica. Trata-se nesse sentido de iniciativa editorial de cunho acadêmico impecável.

E isso tudo – é necessário frisar - sem perder o conteúdo político, seja quando trata de lançar luz para as relações de poder e contextualizar de maneira detalhada os conceitos, as obras, os debates, os autores e as perspectivas teóricas, seja quando alguns dos seus

autores procuram apontar caminhos e possibilidades de superação em alguns dos dilemas políticos e sociais pelos quais passam não apenas as sociedades do “Mundo Ocidental”, como, sem exagero, a própria Humanidade nesse terceiro milênio de tantas incertezas e perigos.

Como seus autores deixam claro ao longo de seus textos, o livro faz sim uma defesa aberta do legado marxista. Mas não se trata aqui de uma defesa puramente militante, no pior sentido da palavra, cega aos desacertos e equívocos: os feitos, os avanços e conquistas que o marco teórico marxista proporcionou para a consolidação de perspectivas de análise, linhas de pesquisa e hipóteses de trabalho são devidamente apontados. Mas não foge da responsabilidade com a crítica, com a reflexão obre os insucessos, e fracassos do marxismo ou das iniciativas feitas em seu nome.

Alén conseguiu reunir numa mesma obra autores interessados em examinar seriamente o progresso do marxismo no campo das pesquisas históricas, precisando seus avanços, recuos, impasses e limitações, com o máximo de didatismo, sem perder a dimensão do detalhamento minucioso, cotejando copiosas bibliografias, precisando as diferenças e nuances entre as diferentes abordagens dentro de um mesmo campo, tudo com o objetivo de deixar claro para um público leitor, adepto ou não dessa corrente teórica, que ainda há muitos intelectuais dispostos a aperfeiçoar os instrumentos de análise, voltados nesse caso para o “passado”, mas sempre com o objetivo de lançar luzes sobre o presente.

Tal espírito francamente voltado para o maior esclarecimento possível das questões já se encontra expresso no próprio plano da obra, com os capítulos distribuídos e reunidos em tópicos temáticos bem precisos, com o objetivo de que a própria leitura por parte dos leitores e leitoras seja beneficiado por uma organização lógica e clara dos conjuntos de questões debatidas.

Assim temos os capítulos distribuídos nos seguintes tópicos:

No primeiro artigo Domingo Plácido traça uma reconstituição da trajetória do marxismo junto aos estudos da área Antiga no ensino universitário espanhol, destacando os principais trabalhos e autores. Temos aqui um texto prioritariamente descritivo, pouco analítico, mas não menos importante. Pois trata-se de um trabalho fundamental esse o de recuperar a memória de debates, leituras, publicações e confrontos hoje quase

esquecidos. Plácido explicita assim todo um longo e penoso percurso experimentado pelo marxismo de modo que viesse a se constituir numa referência importante na produção de estudos daquela área temática.

Carlos Martínez vem a seguir, seguindo a cronologia do bloco, abordando o que ele chama de “primeira mundialização e a civilização atlântica”. Com o intuito de rememorar a contribuição do marxismo nesses estudos ele resgata os trabalhos seminais de Pierre Vilar e John Elliott. O primeiro considerava o “imperialismo espanhol” como a “última etapa do feudalismo. O segundo compreendia a metrópole espanhola e as colônias na América como dois “sistemas atlânticos”. A análise de Martínez é para nós brasileiros de extremo interesse, pois toca numa questão muito cara, inclusive do ponto de vista histórico, à nossa historiografia, em especial aquela que concentrou seus esforços na discussão do período Colonial no Brasil. E é bem curioso notar que essa discussão seguiu caminhos distintos no contexto da historiografia espanhola, apesar de que no caso brasileiro essa mesma discussão sempre tenha se pautado por referenciais marxistas. Contudo, o conceito de feudalismo nunca foi objeto de consenso.

Finalizando essa primeira parte, Juan Trías empreende uma interessante leitura sobre o debate teórico sobre a transição do feudalismo ao capitalismo desenvolvido ao longo de alguns anos por figuras como Maurice Dobb e Paul Sweezy. Esse é também um debate bem interessante de se acompanhar do ponto de vista de historiador brasileiro: mais uma vez estamos diante de um debate que pouco frutificou no Brasil, embora também se pautasse pelos marcos teóricos fornecidos pelo marxismo. E tal como na primeira situação descrita por Plácido esse debate teve muito pouca abrangência no contexto espanhol, reduzindo-se a alguns eventos organizados pela Fundación de Investigaciones Marxistas.

Abrindo a segunda parte da coletânea, Antonio Piqueras trata da formação do capitalismo espanhol. E aqui os debates gerados no interior do Partido Comunista Espanhol jogam um papel de bastante relevância. E tal como ocorrido em vários debates no movimento comunista internacional em vários países (Brasil, Inglaterra, França, Portugal etc.), as análises girariam em torno de fórmulas teóricas como “relações feudais” e “revolução burguesa”. Conceitos que funcionavam como polos de uma equação que conformava o pano de fundo da própria análise sobre a evolução do capitalismo em cada país, sendo que tal evolução era avaliada segundo a posição

ocupada no espaço entre esses polos - fato que demonstra como o etapismo de cunho stalinista nortearia o próprio debate.

No texto seguinte, Francisco Cobo nos brinda com um exaustivo e denso balanço da historiografia não apenas espanhola como também europeia sobre o tema do comportamento político do campesinato. Cobo passa a limpo uma série de debates sobre a questão do campesinato. No primeiro, sobre a transição para o capitalismo no campo espanhol, nota que os historiadores costumeiramente ignoravam o papel do campesinato nesse processo. É importante: na sua maioria tratava-se de historiadores marxistas. Cobo nesse e em outros momentos da análise busca não apenas apontar como que as melhores contribuições do aporte marxista a esse campo temático. A enorme abrangência de sua perspectiva de análise e o domínio impressionante de vultosa literatura fundamentam uma crítica contundente às lacunas e omissões do marxismo no tratamento da questão da participação camponesa (o que é possivelmente uma decorrência de um problema histórico do próprio debate sobre as classes do campo forjado no interior do movimento comunista mundial). Um tema sem dúvida espinhoso, gerador de polêmicas ao longo de décadas de debate no interior do marxismo. Tanto assim que o autor nota que os marxistas avançaram nas pesquisas sobre a problemática a partir do momento em que incorporaram conceitos e abordagens oriundos de outros referenciais teóricos e correntes analíticas. Cabe ainda assinalar que é primorosa a reconstituição que Cobo efetua sobre a relação entre fascismo e segmentos camponeses, de quebra ele lança várias luzes sobre o papel da violência na política.

Carlos Forcadell vem a seguir com uma contundente e provocativa intervenção. Seu texto faz uma crítica severa a algumas correntes e “modas” analíticas como o “giro linguístico” e a “história cultural” apontando limites e insuficiências, reivindicando a pertinência da tradição marxiana representada por Gramsci, Thompson e Raymond Williams.

Na parte seguinte, mais dedicada ao período franquista, José Luis Ledesma traça um quadro curioso das pesquisas do regime franquista: passou dos estudos clássicos que entendia o franquismo como resultado da luta de classes para – a partir dos anos 90 – ser substituído por estudos fundamentos em categorias tradicionais como moral e crença. A dimensão estrutural foi totalmente ignorada. Estamos diante de uma situação, a crer em Ledesma, que não é o marxismo que tem problemas, mas, ao contrário, é o

marxismo aquele capaz de resgatar a dimensão crítica desse campo específico de investigação.

Juliás Sanz apresenta um quadro um tanto diferente, demonstrando uma série de progressos e avanços dos estudos sobre o período franquista sob a perspectiva marxista, inclusive incorporando novos temas e questões, como o papel das mulheres nos movimentos de contestação ao regime.

Teresa María Ortega inicia a última parte do livro reivindicando uma renovação não uma renovação dos estudos sobre o Franquismo e a Transição, mas do próprio marxismo, ao menos do conjunto de intérpretes com ele identificados. Com base no que já foi produzido via psicologia social, antropologia e sociologia histórica, a autora ainda entende que a teoria social marxista ainda tem muito que avançar, ainda estando presa, segundo ela, a pressupostos mecanicistas, a partir do qual os movimentos de protesto são considerados como simples decorrências da conjuntura econômica e das mudanças estruturais.

Francisco Erice vem logo a seguir para, num movimento inverso ao de Teresa, questionar os pretensos avanços das correntes historiográficas não-marxistas, principalmente as de cunho pós-moderno. O autor ao longo de boa parte do texto evita assumir, como marxista, uma posição defensiva, como se o marxismo devesse fazer a todo momento um *mea culpa* por erros ou insuficiências. Ainda mais as apontadas por autores marcadamente anti-marxistas. Francisco nos instiga a refletir sobre um certo sentimento de rendição que parece ter tomado conta de amplas parcelas da intelectualidade marxista. O pós-89 ao invés de fomentar uma crítica construtiva, com o desenvolvimento de uma reformulação e aperfeiçoamento do marxismo, parece, muito pelo contrário, ter dado ensejo a uma transformação destrutiva, com os marxistas adotando incorporações que longe de renovar, contribuíram para descaracterizá-lo, fragilizando-o. A tal ponto que não era incomum os próprios marxistas desprezarem conceitos como determinação e classe social.

Nesse mesmo espírito de resgate das premissas fundamentais do marxismo, Josep Fontana encerra a coletânea, propondo uma releitura de escritos seminais de Marx, como *A Ideologia Alemã*, *O 18 Brumário*, as introduções d'*O Capital* e outros. Fontana enxerga nesses textos referenciais importantes a qualquer tentativa de reflexão crítica do marxismo. Mais do que isso: ele ainda vê esses textos como um importante manancial de referências e conceitos para a compreensão de problemas e desafios da atualidade.

Outro ponto importante da intervenção de Fontana – talvez o seu último texto publicado em vida – é a releitura de textos como o de Lubinskaya, Kossok e Moreno, revelando como esses autores já apontavam caminhos interpretativos que viriam a ser explorados de maneira mais consistente anos depois por historiadores sociais franceses e britânicos. Não se trata de um livro de leitura fácil, não porque seja mal escrito – longe disso! Mas porque o número de questões levantados é considerável. E questões difíceis, bastante espinhosas. Mas essa é por excelência um dos principais papéis do marxismo: seu obsessivo esforço em questionar o mundo, seja o da prática vivida, da teoria ou dos dois em conjunto.

No mais, todo o esforço e labor dos colegas efetivados em pouco mais de 300 páginas merece ser devidamente elogiado e, muito mais importante, lido por todos aqueles e aquelas que ainda acreditam que a teoria marxista é um instrumento poderoso para a compreensão e o enfrentamento dos desafios incessantes da sociedade atual.



Leonardo Soares dos Santos